

**CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO****Aviso n.º 18 625/2007**

**Discussão pública — Alteração da área de implantação do lote 32 da Urbanização Casal da Cruzinha em Sapataria, que tem a área de 138 m<sup>2</sup> e passará a ter a área de 186 m<sup>2</sup> — Este aumento da área de implantação destina-se à construção de anexo e piscina.**

Nos termos estabelecidos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por referência ao artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, em 20 de Agosto de 2007, promover a discussão pública da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2002, a qual decorrerá pelo prazo de 15 dias (decorridos que sejam 8 dias a contar da data da publicação do presente aviso), durante o qual poderão os interessados apresentar por escrito quaisquer reclamações, sugestões ou informações relativas à alteração requerida por Manuel João Costa de Oliveira, referente à área de implantação do lote 32 da Urbanização Casal da Cruzinha em Sapataria, freguesia de Sapataria, concelho de Sobral de Monte Agraço, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o n.º 2057 da freguesia de Sapataria e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2295.

O processo encontra-se para consulta nos Serviços Técnicos nesta Câmara Municipal no horário das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 16 horas e 30 minutos.

3 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

2611049869

**Aviso n.º 18 626/2007****Exoneração**

Para os devidos efeitos e em cumprimento do estabelecido no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que o funcionário Rui Alberto Bernardo da Silva, com a categoria de operário, jardineiro, foi exonerado, a seu pedido, em 31 de Agosto de 2007, verificando-se a vacatura do lugar do quadro de pessoal.

7 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

2611050003

**Aviso n.º 18 627/2007****Nomeações definitivas**

Para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 5 de Setembro de 2007, os funcionários Maria dos Anjos da Cruz Emídio Lourenço, Hélder Manuel Belchior Mateus e Maria Manuela Quintino Dionísio da Silva foram nomeados definitivamente, terminada a comissão de serviço extraordinária, para provimento de um lugar de técnico superior de contabilidade e administração, de sonoplasta e de motorista de ligeiros, respectivamente, do grupo de pessoal técnico superior e auxiliar, após procedimento de reclassificação profissional. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

2611050005

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA****Aviso n.º 18 628/2007****Concurso interno de acesso geral para um lugar de agente graduado principal — Processo n.º 12/07**

1 — Para os devidos efeitos, faz-se público que, por despacho de 15 de Agosto de 2007 do vice-presidente, por delegação de competências, está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, concurso interno de acesso geral para um lugar de agente graduado principal do quadro do pessoal desta autarquia.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar posto a concurso.

3 — Local de prestação de trabalho — o local de trabalho abrangerá a área do concelho de Vila Nova de Gaia.

4 — Serviço — Direcção Municipal de Segurança.

5 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2000, de 2 de Setembro.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

O ordenamento final dos candidatos será feito através da aplicação da fórmula que se segue, traduzida na escala de 0 a 20 valores:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

sendo:

*CF* = classificação final;

*AC* = avaliação curricular;

*EPS* = entrevista profissional de selecção.

Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, em cujo âmbito serão considerados e ponderados os factores a seguir enunciados pela seguinte fórmula:

$$AC = \frac{(2 \times CS) + (2 \times HL) + (1,5 \times EP) + (0,5 \times FP)}{6}$$

sendo:

*AC* = avaliação curricular;

*CS* = classificação de serviço;

*HL* = habilitações literárias;

*EP* = experiência profissional;

*FP* = formação profissional;

a) Classificação de serviço — será efectuada a média da classificação dos anos relevantes para o efeito, efectuando-se a correspondência dessa média para a escala de 0 a 20 valores, como segue:

10 pontos — 20 valores;

9 pontos — *x* valores;

b) Habilitações literárias:

Mínima exigida — 19 valores;

Habilitações de grau superior — 20 valores;

c) Experiência profissional — a determinação da experiência profissional será efectuada de acordo com a fórmula seguinte:

$$EP = \frac{(a \times 0,5) + (b \times 0,4) + (c \times 0,3)}{3}$$

d) Formação profissional — para determinação da formação profissional serão avaliados os cursos que pela sua natureza técnica acrescem à habilitação base ou outras acções de formação profissional, com ou sem avaliação em que o concorrente tenha participado como formando ou formador e que estejam ligados com a área funcional do lugar a prover, devidamente comprovados, desde a data em que ocorreu a última promoção.

Entrevista profissional de selecção — visa avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos em função das exigências do cargo a desempenhar, tem a duração de quinze minutos, sendo comunicado aos candidatos em tempo útil a data, a hora e o local da mesma.

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso.

7 — Formalização — o interessado deverá utilizar, sob pena de exclusão, requerimento tipo, a obter na Divisão Municipal de Gestão de Pessoal, ou através do *site* [www.cm-gaia.pt](http://www.cm-gaia.pt), no qual deverá constar o nome do candidato, estado civil, naturalidade (freguesia e concelho), residência (rua e número, código postal e localidade), número de telefone, data de nascimento, filiação, habilitações literárias, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número fiscal de contribuinte, referência ao concurso a que se candidata e declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e assinatura.

Os candidatos deverão especificar no requerimento quaisquer circunstâncias que considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae*, devidamente comprovado;

b) Bilhete de identidade e cartão de contribuinte;